



# Jornadas de ECOcidadania

Foto: Norberto Tomé Valente

## **Ecocidadania e Desenvolvimento Sustentável: diálogo para uma escola cidadã**

---

*Resumos*

**FICHA TÉCNICA**

Título: Livro de Resumos – Jornadas de ECOcidadania

Coordenação: Valente, Isabel Maria Freitas

Design, paginação e revisão: Nascimento, Eliane Cristina da Silva

Local: online

Edição: Rede VCC

Ano de Edição: 2022

ISBN digital: 978-65-5941-750-6

DOI: <https://doi.org/10.29327/165047>

Como se aprende a ser ecocidadão? A ecocidadania aprende-se em casa, na rua, no ônibus, no campo ou na praia, na tv ou na internet ... é verdade, mas é a escola que está (ou deve estar) equipada para contribuir, de forma estruturada, para a edificação de cidadãos responsáveis - desde os mais jovens até aos mais idosos - cidadãos mais ativos e comprometidos com as causas ambientais e de sustentabilidade. É assim que a escola acompanha, completa e corrige o processo de aprendizagem (não formal) na *escola da vida*. Se a vida ensina *o quê* a escola explica *o porquê*.

Nos primeiros níveis de ensino, o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade identifica esta como “uma vertente fundamental da educação, como processo de sensibilização, de promoção de valores e de mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, numa perspetiva do desenvolvimento sustentável”.<sup>1</sup>

Deste modo, a educação ambiental é a construção de “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.<sup>2</sup>

Educar é uma missão coletiva. Educar para a cidadania é uma missão do Estado. Educar para a ecocidadania é uma responsabilidade comum das gerações presentes, que tem como beneficiários as gerações futuras.

Este é o pano de fundo das jornadas sobre “Ecocidadania e Desenvolvimento Sustentável: diálogo para uma escola cidadã”, que conta com painéis temáticos organizados em dois eixos: - eixo da educação e eixo da ecocidadania.

---

<sup>1</sup> Página 11 do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, produzido pela Direção-Geral de Educação do Ministério da Educação, em Portugal  
[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ref\\_sustentabilidade.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ref_sustentabilidade.pdf)

<sup>2</sup> Lei n. 9.795, de 27 de Abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil  
([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm))

## Programa das Jornadas

5 de julho de 2022

### 14h00 - Sessão de Abertura

#### 14h30 - Lição de Abertura

*O Papel da Ciência para o Desenvolvimento e o Bem-estar Humano*

Maria Salomé Pais (Academia das Ciências de Lisboa)

Moderadora: Isabel Maria Freitas Valente

#### 15h00 - Conferência

*Da ecoliteracia passiva à ecocidadania ativa: inovações rumo ao estatuto do ecocidadão no Antropoceno*

Alexandra Aragão (Universidade de Coimbra)

Moderador: Marcelo Furlin

#### 15h45 – Painel I

*As Alterações Climáticas e os Direitos Humanos*

João Proença Xavier (Universidade de Salamanca)

Giovana De Morais Figueiredo Cruz (Universidade Lusófona do Porto)

*Educação Ambiental e Alterações Climáticas: Da Aprendizagem à Ação*

Inês Rodrigues (ISCET, Presidente da ONGD Educafrica)

*A Dimensão Intergeracional do Direito do Ambiente: representatividade em prol das gerações futuras*

Wislem Ricardo Alves Cavalcante (Mestre em Direito pela FDUC)

Moderadora: Alexandra Aragão

## Programa das Jornadas

6 de julho de 2022

### 14h00 - Conferência

*Democratizar a cultura ou cultivar a democracia? A Carta do Porto Santo e a (eco)cidadania nas Rups*

Isabel Maria Freitas Valente (Universidade de Coimbra, CEIS20)

Moderador: Joel Andrade

### 14h30 - Painel II

*Viva os Objetivos! A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: casos de boas práticas de Cidadania na Escola*

Isabel Baltazar (Universidade de Coimbra, CEIS20; ISEC, Lisboa)

*Um percurso formativo no sentido da ecocidadania: as práticas de Educação pela Arte com futuros profissionais da educação*

Valdemar Sousa, Ana França Kot-Kotecki (Universidade da Madeira)

*Literacia Sonora, o Espaço da Escuta e o Luto Climático*

Margarida Mendes (Curadora, investigadora e activista)

*Ecofeminismo: a importância da igualdade de género na promoção de um mundo social e ambiental mais sustentável*

Mariana Schafhauser Boçon (Centro JusGov)

Moderadora: Marcelo Furlin

### 16h00 - Painel III

*Por uma comunidade educativa comprometida com as políticas de Educação Ambiental*  
Joaquim Ramos Pinto (ASPEA / USC)

*Cidadãos ativos em prol da conservação da natureza*

João Gonçalo Soutinho (VERDE – Associação para a Conservação Integrada da Natureza)

*Panorama ECOcidadania na ESEC: Perspetivas da educação para a sustentabilidade a partir uma experiência do programa Eco Escolas no ensino superior*

Mário Montez, Ricardo Melo, Susana Silveira (Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra)

Moderador: Roberto Rafael Dias da Silva

## Programa das Jornadas

7 de julho de 2022

### **15h00 - Conferência**

*Ecocidadania em tramas de educação*

Marcelo Furlin (Universidade Metodista de São Paulo, Brasil)

Moderador: Leonardo Steil

### **15h45 – Painel IV**

*Uma Organização Ambiental Mundial para a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*

Isabella Pearce Monteiro (Universidade Estadual do Maranhão)

*Jóvens Y redes sociales: actitudes hacia Internet*

Patricia Núñez (Universidad Complutense de Madrid)

Moderador: Nuno Fraga

### **16h45 – Conferência de Encerramento**

*Educación Ambiental y Sociedad. Saberes Locales para el Desarrollo y la Sustentabilidad*

Idarmis Knight Soto (Universidad de Ciego de Ávila, Cuba)

Moderador: João Proença Xavier

### **18h00 – Sessão de encerramento**

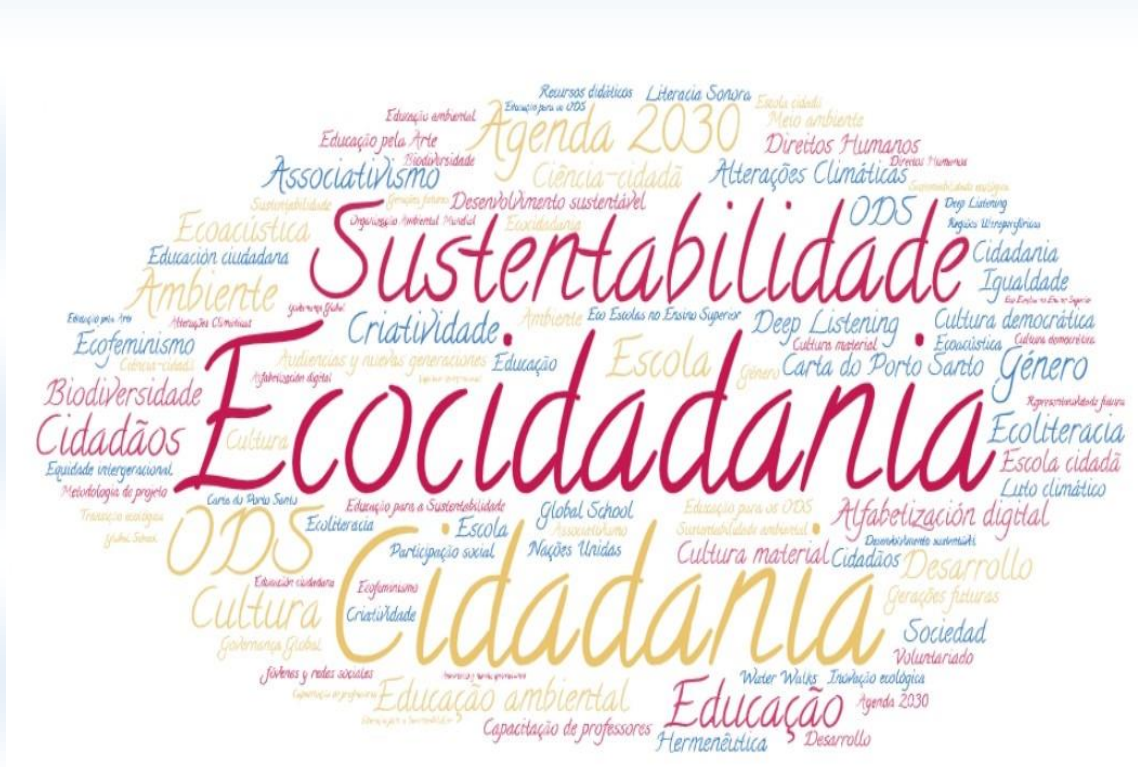
**Comissão Científica:**

Adriana Raquel Silva Castilho  
Alexandra Aragão  
Berta Pimentel  
Erika Patricia Álvarez-Flores  
Isabel Maria Freitas Valente  
Isabella Pearce  
João Proença Xavier  
Joel Carlos de Souza Andrade  
Leonardo Steil  
Marcelo Furlin  
Maria Salomé Pais  
Nuno Miguel da Silva Fraga  
Patricia Núñez Gomez  
Roberto Rafael Dias da Silva

**Comissão Organizadora:**

Isabel Maria Freitas Valente  
Alexandra Aragão  
Eliane Cristina da Silva Nascimento  
Maria das Graças do Nascimento

## Palavras-chave



Fonte: wordart.com



## *RESUMOS*

**Título:** *Da ecoliteracia passiva à ecocidadania ativa: inovações rumo ao estatuto do ecocidadão no Antropoceno*

Alexandra Aragão, Universidade de Coimbra

**Resumo:**

O conhecimento sobre os efeitos das atividades humanas sobre o ambiente e a compreensão dos processos que permitem evitar, minimizar ou compensar esses efeitos, são os dois capítulos principais de um “curso de ecoliteracia”.

Porém, *conhecer* porque é que a degradação ambiental acontece, e *compreender* como é que poderia deixar de acontecer, não é suficiente para infletir tendências nem para assegurar a tão ambicionada como necessária transição ecológica.

No Antropoceno, a metamorfose social exigida pela transição ecológica pressupõe um segundo momento de desenvolvimento de espírito crítico, que capacite os cidadãos, os grupos sociais e as comunidades, para a formação de um juízo ético adequado sobre a compatibilidade entre o *ser* e o *dever-ser* ecológico, entre o mundo real e o mundo ambicionado, qualificando como desejáveis, os comportamentos e atuações que mais aproximem os dois mundos; e como indesejáveis, os que os afastem.

O terceiro e último passo necessário, rumo ao estatuto de ecocidadania ativa no Antropoceno, exige coragem e determinação, altruísmo e frugalidade, mas também, e sobretudo, criatividade e inovação nas formas de assumir a responsabilidade — individual e coletiva — de adotar uma ação transformadora coerente. Porque não é possível transformar sem inovar, a inovação ganhou centralidade na construção da cidadania.

Aquilo que eu, como professora e eterna estudante de Direito ecológico, aprendi ao longo de mais de 30 anos de docência do Direito da Nossa Casa Comum<sup>3</sup>, é que a Escola tem capacidade de transmitir não apenas conhecimentos, mas também valores. Mais: a Escola tem não só a capacidade, mas o dever de incentivar uma atuação inovadora, coerente com uma visão de sustentabilidade, formando profissionais responsáveis e inovadores e ecocidadãos ativos e criativos.

---

<sup>3</sup> [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html)

**Palavras-chave:** Ecoliteracia; Ecocidadania; Transição ecológica; Inovação ecológica; Sustentabilidade; Criatividade.

**Nota biográfica:**

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Integração Europeia e Doutora em Ciências jurídico-políticas. Investigadora do Instituto Jurídico, membro do *Observatório Jurídico Europeu da Rede Natura 2000 e das Águas*, do *Advisory Board do European Environmental Law Forum* e *trustee* do grupo de especialistas de Direito Europeu do Ambiente *Avosetta.org*. Coordenadora da Rede ibero-americana *Just Side* sobre justiça territorial e membro da Rede Internacional de Diplomacia de Sustentabilidade. Membro do Comité de Conflitos de interesse do IPBES. As suas áreas de lecionação e publicação são direito europeu do ambiente, ecoliteracia, direito da conservação da natureza, direito do sistema terrestre,ecoinovação, direito dos animais, direito dos resíduos, direito dos riscos, direito da proteção civil, direito das substâncias químicas, direito da segurança alimentar.

**Título:** *As Alterações Climáticas e os Direitos Humanos*

João Proença Xavier, Universidade de Salamanca

Giovana De Morais Figueiredo Cruz, Universidade Lusófona do Porto

**Resumo:**

Há muitos anos que se fala nas alterações climáticas, no presente trabalho vamos falar sobre a proximidade entre as alterações climáticas e os direitos humanos. Foi possível observar que estas alterações que estão cada vez mais fortes, afectam a vida de milhares de pessoas, com as grandes chuvas, as grandes queimadas, pondo em perigo os direitos humanos de todos. Porém hoje em dia, essas alterações são menores do que as que vamos encontrar daqui a dez ou quinze anos, observamos que num futuro breve, teremos grandes problemas relacionados com a qualidade de vida e a saúde de toda a população mundial devido aos actos já praticados no passado muitos deles que ainda se estão a praticar.

Por esses motivos, temos os tratados internacionais que deveriam ser respeitados na sua totalidade, e não só o Estado deve fazer sua parte, mas também a população deve ser consciente e respeitar todo o meio ambiente que nos rodeia. Em Portugal é possível observar uma grande preocupação com meio ambiente e a qualidade de vida de toda a população, o Estado coloca grandes metas para nos próximos dez anos começarmos a colher os bons frutos das políticas públicas projectadas.

Poucas vezes os direitos humanos são tratados em conjunto com o direito ambiental, no entanto, aqui mostraremos que existe uma relação muito próxima entre esses dois direitos, uma vez que não existem pessoas saudáveis em meio ambiente “doente”, entendemos que os países da União Europeia serão nos próximos anos os menos poluídos do Mundo, pois todo o bloco Europeu demonstra essa preocupação, evidenciada pela tentativa de enraizar uma cultura que exige deixar o carro em casa, andar muito a pé e fazer o uso dos transportes públicos.

**Palavras-chave:** Meio ambiente; Direitos Humanos; Ecocidadania; Alterações Climáticas.

**Nota biográfica de João Proença Xavier:**

Professor Adjunto Convidado da Coimbra Business School | ISCAC / IPC (Portugal). Professor Doutor em Direitos Humanos | Universidade de Salamanca / Integrado no CEIS20 Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX | Universidade de Coimbra (Portugal). Pósdoctoral Research Scientist - “Derechos Humanos en Perspectiva Comparada Brasil España”. Instituição: CEB | Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (Espanha). Mestre em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito | Universidade de Salamanca (Espanha). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (Portugal), com Master em “Human Rights and Democratization”.

**Nota biográfica de Giovana De Moraes Figueiredo Cruz:**

Mestranda da ULP - Universidade Lusófona do Porto (Portugal). Pós-graduada em Direito Constitucional pela Faculdade IBMEC São Paulo e Instituto Damásio de Direito (Brasil). Licenciada em Direito pela Universidade Paulista (Brasil).

**Título:** *Educação Ambiental e Alterações Climáticas: Da Aprendizagem à Ação*

Inês Rodrigues, ISCET, Presidente da ONGD Educafrica

**Resumo:**

A profissão de professor/educador está na linha da frente no que respeita a enfrentar os desafios das alterações climáticas. Uma vez que as gerações mais jovens viverão toda a sua vida com esta problemática, faz sentido que sejam preparados e consciencializados desde cedo. Aos professores cabe, em parte, a difícil tarefa de construir uma literacia das alterações climáticas, envolvendo e motivando os alunos a tornar-se agentes ambientais e agentes para as alterações climáticas.

Numa altura em que a própria educação está em constante reflexão devido à pandemia que se instalou globalmente, o desenvolvimento de competências de literacia ambiental tornou-se imprescindível para um melhor entendimento deste e de outros fenómenos. As crianças e jovens representam cerca de 30% da população do planeta e estão expostas aos efeitos das alterações climáticas provocadas pelas atitudes e comportamentos que as gerações que os precederam tiveram ao longo do tempo. No entanto, verificamos que esta geração está disposta a agir em defesa do planeta e do seu futuro. Urge, assim, implementar uma efetiva e eficaz educação ambiental nas escolas, centrada nos alunos e nos riscos que estes correm face às alterações climáticas e focalizada nas questões prementes comunitárias, partindo de uma escala local para uma escala global.

Este trabalho nas escolas passa pela concretização de projetos multidisciplinares, onde os alunos não só tomem consciência dos problemas ambientais que os rodeia, mas também das suas consequências a médio e longo prazo para as cidades, para os meios rurais, para os oceanos, para a saúde pública, para o consumo, e para a vida das próprias crianças, entre outros.

O *case study* apresentado, Uma Gota de Luz, é um exemplo de um projeto multidisciplinar iniciado com escolas em Portugal, seguindo as metodologias de *inquiry-based learning* e *service learning*, integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e implementado na Guiné-Bissau, impactando e empoderando escolas e populações locais. Este projeto foi planeado e implementado em estreita colaboração com os atores educativos dos países envolvidos e com parceiros estratégicos quer em Portugal, quer no país beneficiado. Assegurar que as necessidades e capacidades de cada aluno são centrais ao planeamento e implementação destes projetos; assegurar que a voz dos alunos é ouvida no processo de tomada de decisão, e proteger os direitos de todas as crianças, como o direito à vida, à segurança, à participação e ao desenvolvimento, são medidas que apoiam uma resposta colaborativa às alterações climáticas. Incluir os alunos no planeamento de ações pode maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos nas populações mais vulneráveis.

**Palavras-chave:** Educação ambiental; Metodologia de projeto; Capacitação de professores.

**Nota biográfica:**

Docente no ISCET – Instituto Superior de Ciências Empresariais e Turismo, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, pela Faculdade de Letras da Universidade Porto, mestre em Educação e Formação de Adultos, pela FPCE na mesma Universidade e Doutoramento Internacional em Equidade e Inovação na Educação pela Universidade de Vigo. É formadora de formação contínua de professores desde 2017 na área da inovação digital em educação. É fundadora e presidente da ONGD Educafrica, com projetos pedagógicos e ambientais em Portugal, na Guiné-Bissau e em Moçambique. Recebeu, em 2016 e 2021, o prémio Terres de Femmes atribuído pela Yves Rocher Foundation, pela sua atividade cívica e ambiental, e o prémio Teachers 4 Solutions Challenge em 2020, prémio mundial atribuído a professores dinamizadores de projetos de educação ambiental com impacto comunitário.

**Título:** *A Dimensão Intergeracional do Direito do Ambiente: representatividade em prol das gerações futuras*

Wislem Ricardo Alves Cavalcante, Mestre em Direito pela FDUC

**Resumo:**

O direito do ambiente, desde o seu surgimento no cenário internacional até à sua consagração nos mais modernos regimes jurídicos constitucionais, já nasceu essencialmente com uma projeção para o futuro, porquanto, na sua lógica intrínseca, esse ramo do direito se ocupa não só dos problemas ambientais presentes, mas também daqueles que se prologam no provir e que importam às futuras gerações. Essa perspectiva intergeracional se revela na ideia da preservação dos bens ambientais e proteção dos interesses das gerações futuras, subjacente ao conceito-princípio do desenvolvimento sustentável. Entretanto, o modelo atual tem se mostrado insatisfatório para a proteção jurídica das futuras gerações, em razão sobretudo da ausência de representação atual dos interesses futuros nos procedimentos decisórios de relevância ambiental.

Nesse contexto, as futuras gerações estão em situação de extrema vulnerabilidade. Afinal, “que é” ou “quem são” as gerações futuras, e como promover a representação dos seus interesses na tomada de decisão ambiental com implicações no longo prazo? Por isso, faz-se necessário compreender adequadamente o conceito e a condição jurídica das gerações futuras, com vista a identificar os modelos institucionais mais adequados para a representação dos interesses vindouros. Para tanto, as gerações futuras devem ser compreendidas como o grupo de todos aqueles que irão habitar o planeta no futuro próximo ou distante, e a sua condição jurídica se assemelha à daqueles que não podem falar por si próprios (como no caso das crianças), embora o possam fazer pela via de representantes legítimos. Por um lado, mediante a criação de entidades aptas a representarem os interesses das futuras gerações nos fóruns de natureza participativa e no âmbito do judiciário, seja na configuração de Comissários e Provedores, ou Tutores e Curadores. Tais representantes devem atuar de forma democrática, legítima, acessível e transparente, sempre em prol dos interesses de longo prazo.



Por outro lado, os tribunais judiciais também podem oferecer oportunidades para promover a proteção do ambiente em prol das gerações futuras, uma vez que possuem a faculdade de interpretar a legislação vigente no sentido de aplicarem os preceitos da sustentabilidade ecológica e da equidade intergeracional, especialmente concedendo legitimidade aos jovens e menores demandantes que, nesse cenário, foi a categoria que emergiu mais claramente.

Atualmente, eles estão na vanguarda das ações judiciais em desfavor dos Estados por suposta atuação insuficiente em matéria ambiental e climática. Tais ações destacam, geralmente, a pouca influência desses jovens e menores na tomada de decisões políticas atuais, demonstrando que o judiciário se tornou no seu único recurso. Portanto, esses jovens e crianças surgem perante os seus juízes nacionais exigindo respeito pelo direito a um ambiente ecologicamente sustentável, para eles e seus descendentes. Há muitos exemplos deste movimento de judicialização de causas climáticas e ambientais em prol das gerações futuras. Em todos esses casos os reclamantes reivindicam respeito por direitos humanos e fundamentais, submetendo aos tribunais as ações e omissões do seu Estado em questões ambientais, e alegam representarem inclusive os interesses das futuras gerações, revelando que algo já está a mudar.

**Palavras-chave:** Gerações futuras; Desenvolvimento sustentável; Sustentabilidade ecológica; Equidade intergeracional; Representatividade futura.

**Nota biográfica:**

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas com menção em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente pela Universidade de Coimbra.

**Título:** *Democratizar a cultura ou cultivar a democracia? A Carta do Porto Santo e a (eco)cidadania nas Rups*

Isabel Maria Freitas Valente, Universidade de Coimbra, CEIS20

**Resumo:**

Com esta comunicação pretendemos demonstrar que a Carta do Porto Santo assinada e proclamada durante A *Conferência do Porto Santo*, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que se apresenta como um mapa orientador de princípios e de recomendações para aplicar e desenvolver um paradigma de democracia cultural na Europa, constitui-se como um exemplo prático do recém criado conceito de *Cidadania Pléniréfica* no âmbito das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

**Palavras-chave:** Ecocidadania; Carta do Porto Santo; Regiões Ultraperiféricas; Cidadania; Cultura.

**Nota biográfica:**

Doutora em Altos Estudos Contemporâneos, Pós-Doutorada pela Universidade de Coimbra, Coordenadora Científica do Grupo de Investigação Europeísmo, Atlânticidade e Mundialização do CEIS20-UC, Coordenadora Científica da Rede de Investigação Internacional *Territórios Marítimos, Ilhas e Regiões Ultraperiféricas da União Europeia*, Presidente e Coordenadora Científica da Rede de Investigação Internacional – *Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade* e Co-coordenadora da *Network Europe: Southern Perspectives. Between the Atlantic and the Mediterranean*. Diretora da coleção Euro-Atlântico: Espaço de Diálogos e Diretora da Revista Científica *Debater a Europa*. Investigadora Corresponsável do Projeto EURILHAS, financiado pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, do Governo Regional dos Açores (Referência M1.1.C/C.S./001/2019/01).

Integra, igualmente, a equipa do Projeto RIU-RUP, Rede Interuniversitária das Regiões Ultraperiféricas, financiado pelo Governo Regional dos Açores.

O trabalho de investigação desenvolvido situa-se na interseção entre a História e as Relações Internacionais, muito concretamente, nos estudos sobre as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia. Tem refletido e escrito sobre a história e integração destas regiões no processo de construção europeia, criou em diálogo interdisciplinar com Marcelo Furlin o conceito de Cidadania Pleniférica. Tem se dedicado também às questões da autonomia, da cidadania e dos direitos humanos, em particular nestes territórios.

É autora e editora de livros, autora e coautora de diversos capítulos de livros, artigos científicos e relatórios.

**Título:** *Viva os Objetivos! A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: casos de boas práticas de Cidadania na Escola*

Isabel Baltazar, Universidade de Coimbra, CEIS20; ISEC, Lisboa

**Resumo:**

Em 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas. Os 17 ODS visam resolver as necessidades das pessoas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás. Transformar esta visão em realidade é essencialmente da responsabilidade dos governos dos países, mas irá exigir também novas parcerias e solidariedade internacional. Todos têm um papel a desempenhar e, indiscutivelmente, nenhum dos ODS será totalmente alcançado sem a contribuição da Escola.

A operacionalização dos ODS tem de ser feita através de ações concretas e práticas de Desenvolvimento Sustentável, que contribuam efetivamente para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

A integração dos fatores de sustentabilidade motivados pelos ODS na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), instituída pelo Decreto-Lei 55/2018 de 6 de julho, pode ser catalisador do desenvolvimento sustentável através do efeito em cascata que têm na integração curricular. Neste sentido, a promoção do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, no contexto atual de escassez e emergência, contribui não só para uma gestão onde a sustentabilidade assume um papel presente e ativo, mas também como impulsionador estratégico da comunidade educativa no mesmo sentido.

**Palavras-chave:** Agenda 2030; ODS; Cidadania; Escola.

**Nota biográfica:**

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, 1988), mestre em História Cultural e Política (1995), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e doutorada em História e Teoria das Ideias, Especialidade de História das Ideias Políticas (2008), pela mesma Universidade, com uma tese intitulada Portugal e a Ideia de Europa. Pensamento Contemporâneo. Desde a Pós-Graduação em Estudos Europeus, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1992, trabalhou sempre na área de Estudos Europeus e concluiu o Pós-Doutoramento sobre a Europa na Diplomacia Europeia: uma visão comparativa pós-guerras, pela Universidade de Coimbra também. Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH/NOVA e associada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20), da Universidade de Coimbra. Prémio Gulbenkian – História da Europa, pela Academia Portuguesa de História, à sua obra Repensar Portugal e a Ideia de Europa (2020). Docente Universitária. Investigadora e Gestora Nacional do Programa EPAS- ESCOLA EMBAIXADORA DO PARLAMENTO EUROPEU. Formadora de Cidadania e Desenvolvimento da Direção Geral da Educação (DGE) e embaixadora do Plano Nacional de Ética Desportiva (PNED), na formação de professores e palestras a alunos. Docente do ISEC Lisboa.

**Título:** *Um percurso formativo no sentido da ecocidadania: as práticas de Educação pela Arte com futuros profissionais da educação*

Valdemar Freitas Sousa, Universidade da Madeira

Ana Maria França Freitas Kot-Kotecki, Universidade da Madeira

**Resumo:**

A escola, em todas as suas dimensões e níveis, tem sido apontada como um elemento incontornável na consecução de princípios e valores de educação e cidadania. Por outro lado, espolta outras aprendizagens, nem sempre evidentes. Posicionamo-nos sob uma perspetiva epistemológica crítica e construtivista, perante a dimensão algo omitida da cultura material — a relação entre a criação dos objetos que usamos e a educação que esses objetos nos proporciona — no sentido de criar oportunidades de vivenciar uma cultura material mais sustentável. Segundo vários estudos, tal dimensão física tem sido ignorada pela ciência e pela educação, em parte devido à paradoxal sobrevalorização do pensamento, em detrimento do contacto com a materialidade.

Assim, no contexto da Educação pela Arte com futuros profissionais de educação, refletimos no contributo para uma intervenção pedagógica e comunitária, conducente ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos de cidadania, perspetivando o sentido da ecocidadania. A Educação pela Arte, enquanto conteúdo curricular, orienta para a aprendizagem de saberes, emergentes das linguagens das expressões artísticas, onde os docentes marcam a diferença na abordagem de pressupostos de educação, arte e cidadania. Pretendemos repensar a consciencialização para a cultura material subjacente aos recursos didáticos visto que, ao mesmo tempo que contribuem no desenvolvimento de ambientes de aprendizagem desafiadores, promotores da imaginação e criatividade, podem estar a desencadear formas de estar prejudiciais ao ambiente e a todas as formas de vida que coabitam o planeta Terra. As nossas experiências são construídas à volta de objetos e materiais, que existem no nosso quotidiano, de forma subtil, inculcam ideologias focadas numa cultura consumista e indiferente às consequências perante a nossa comunidade envolvente. Sendo assim, os objetos didáticos que construímos ou consumimos acarretam consigo o potencial de poluir, por si só, e educar para a continuidade do processo da poluição irrecuperável.

A informação recolhida durante o processo formativo dos estudantes, nomeadamente, as discussões em grupo, as reflexões individuais e os artefactos construídos em contexto de sala de aula, são essenciais para a criação de trajetos reflexivos e didáticos que valorizam a ação na construção de valores de ecocidadania. Ganhar consciência da relação do ser humano com a cultura material que constrói e que educa é um contributo fundamental para gerar atitudes ecocidadãs que levam em conta uma dimensão planetária.

**Palavras-chave:** Educação pela Arte; Cidadania; Recursos didáticos; Sustentabilidade ambiental; Cultura material.

#### **Nota biográfica de Valdemar Freitas Sousa:**

Professor do 3.º Ciclo do Ensino Básico (Colégio dos Salesianos do Funchal) e Professor Auxiliar Convidado da Universidade da Madeira (Faculdade de Ciências Sociais – Departamento de Ciências da Educação), é doutorado em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento, na área de especialização de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade Aberta.

No âmbito da experiência profissional relevam-se as funções de:

- Lecionação das Unidades Curriculares de Educação pela Arte – Artes Plásticas, Didática das Expressões e Educação e Cidadania.
- Lecionação das disciplinas de Educação Visual e Tecnologias da Informação e Comunicação (no Ensino Básico).
- Investigador colaborador do Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira.

No que concerne às principais contribuições científicas, em forma de artigo, inserem-se na investigação em Educação, no âmbito da Educação Artística e Sustentabilidade.

### **Nota biográfica de Ana Maria França Freitas Kot-Kotecki:**

Professora Auxiliar da Universidade da Madeira - UMa, a exercer funções na Faculdade de Ciências Sociais – Departamento de Ciências da Educação (FCS - DCE), é doutorada em Ciências da Educação na área de especialização de Currículo, pela Universidade da Madeira.

No âmbito da experiência Profissional destaca-se que desempenha as funções de:

- Coordenação, das Unidades Curriculares relacionadas com a Educação Artística, no âmbito da Didática das Expressões (plástica, dramática, musical e físico-motora) e Educação pela Arte.

- Lecionação das Unidades Curriculares de Teorias Tradicionais do Currículo, Expressão Dramática, Educação pela Arte – Artes Cénicas e Didática das Expressões.

- Investigadora integrada do Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira.

- Diretora de Curso do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico; Orientadora Científica de Relatórios de Estágio.

As suas principais contribuições científicas, em forma de artigo, inserem-se na investigação em educação, no âmbito do Currículo, Educação Artística e Formação de Professores.



**Título:** *Literacia Sonora, o Espaço da Escuta e o Luto Climático*

Margarida Mendes, Centre for Research Architecture Goldsmiths University of London

**Resumo:**

Explorando como o modo como a literacia sonora, acústica restaurativa, e metodologias transdisciplinares da ecopedagogia podem contribuir para a mobilização do luto climático, esta apresentação baseia-se em trabalho de campo contínuo em locais ribeirinhos expostos a intervenções logísticas e ação extrativista.

Apresentarei a metodologia do caminhar enquanto modo de investigação ecopedagógica e o trabalho de recolha junto a guardiões do rio e grupos ativistas no médio Tejo, que têm enfrentado profundas transformações ribeirinhas nas últimas décadas, expostos à construção de barragens que controlam o fluxo e a conectividade do rio e grandes eventos de contaminação causados por fábricas de celulose. Esses eventos alteraram permanentemente o comportamento de espécies e comunidades ribeirinhas, deixando marcas nos padrões reprodutivos, ciclos agrícolas e saúde mental das comunidades.

Contribuindo com reflexões sobre como a reparação do luto ambiental pode ser transformada pelos espaços auditivos, apresentarei metodologias sonoras experimentais e círculos de partilha iniciam um processo de cura comunitária com os ativistas do médio Tejo.

**Palavras-chave:** Literacia Sonora; Ecoacústica; Deep Listening; Water Walks; Luto climático.

**Nota biográfica:**

Curadora, investigadora e activista, vive em Lisboa. A sua pesquisa - com enfoque no cruzamento da cibernética, filosofia, ecologia e filme experimental - explora as transformações dinâmicas do ambiente e o seu impacto nas estruturas sociais e no campo da produção cultural. Doutoranda no Centre for Research Architecture, Visual Cultures Department, Goldsmiths University of London com o projecto “Deep Sea Imaginings” e colabora frequentemente com o canal online de vídeo reportagem *Inhabitants*.

**Título:** *Ecofeminismo: a importância da igualdade de género na promoção de um mundo social e ambiental mais sustentável*

Mariana Schafhauser Boçon, Centro JusGov

**Resumo:**

O desenvolvimento tecnológico e industrial da modernidade trouxe devastadoras consequências ao meio ambiente, as quais não podem ser dissociadas de uma crise social e da precariedade dos indivíduos. Afinal, estas inovações quando introduzidas no contexto das relações sociais aumentam as desigualdades, nomeadamente as existentes entre mulheres e homens.

Nesse aspecto cumpre observar a relação estrutural entre a posição subordinada imposta às mulheres ao longo dos tempos e a exclusão da economia reprodutiva do campo de valor económico como elementos que contribuem para perpetuar uma lógica de mercado excludente e predatória. Tais concepções moldam a forma de ver o mundo e, consequentemente, a base para construção do ordenamento jurídico voltado ao meio ambiente. As ideias de conservação da natureza que se desenvolveram e foram promovidas em legislações ao redor do mundo estão enraizadas numa perspetiva sustentada dentro da sociedade patriarcal. Os programas seguem, em regra, um padrão de instrumentalização da natureza e não de reconsideração do seu papel face ao ser humano.

Em contraposição a este paradigma de dominação, a partir dos anos 1980 começam a se desenvolver movimentos com diferentes propostas quanto ao modo de vida e de organização social, como é o caso do ecofeminismo. A primeira a utilizar este termo foi Françoise d'Eaubonne ao identificar um movimento político pela defesa do ambiente e do feminismo, no qual havia a associação da opressão das mulheres à opressão da natureza, verificando-se que são aquelas as mais afetadas pela crise climática, sendo mais propensas a carregar o fardo da pobreza ambiental.

Neste âmbito, entende-se que a origem dos problemas ecológicos atuais estaria no sistema capitalista e patriarcal, tendo sido a natureza e as mulheres o alvo das agressões, pelo que é defendido que qualquer mudança ecológica sempre terá de passar por uma alteração de paradigma do próprio funcionamento da sociedade.

O ecofeminismo surge, assim, para criticar as divisões hierárquicas que marcam o mundo social e ambiental, bem como para apresentar propostas e alternativas para o relacionamento com a natureza. A abordagem do ecofeminismo (seja a clássica, a espiritualista de terceiro mundo ou a construtivista) vem demonstrar que a sustentabilidade envolve tratar das questões de poder que perpetuam desigualdades sociais, económicas e de oportunidades.

Deste modo, este estudo almeja, a partir da análise das teorias ecofeministas, demonstrar que uma efetiva sustentabilidade do mundo atual depende de uma alteração do modelo de desenvolvimento vigente, o que perpassa por uma ressignificação das relações de género e por uma mudança na visão da natureza como organismo vivo.

Com efeito, pretende-se estudar quais aspectos podem ser promovidos para a concretização dessas propostas, como é a maior participação das mulheres na política, na cultura, no desenvolvimento tecnológico e na ecologia. É que, apesar de historicamente as mulheres estarem mais vinculadas à natureza, estas relações não são valorizadas dentro da lógica do mercado, permanecendo ainda marcadas pela exploração e pelo não reconhecimento. Em Portugal, por exemplo, 62% dos doutorados em Ciências Naturais, Matemática e Estatística são mulheres. Todavia, a presença de mulheres em altos cargos académicos e de tomada de decisão desce para 30,2% em Ciências Naturais e até 10,6% em Engenharia e Tecnologia.

Portanto, objetiva-se demonstrar que, para combater a crise ecológica é necessário romper com as relações de dominação, unindo as ideias do movimento feminista com as do movimento ecológico para que se possa verificar uma efetiva mudança nas relações socioeconómicas que seja capaz de impactar a nossa ligação com o meio ambiente de uma forma mais sustentável.

**Palavras-Chave:** Ecofeminismo; Sustentabilidade; Igualdade; Género.

**Nota biográfica:**

Licenciada em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direitos Humanos pela Universidade do Minho, investigadora colaboradora no Centro JusGov, membra IberoJur na área de Bioética e Direito Biomédico e advogada.

**Título:** *Por uma comunidade educativa comprometida com as políticas de Educação Ambiental*

Joaquim Ramos Pinto, ASPEA / USC

**Resumo:**

Se a educação tem como finalidade contribuir para o exercício da cidadania e para o espírito crítico dos cidadãos, dando-lhes a possibilidade de melhorarem a sua qualidade de vida, é importante que os currículos e programas educativos se enquadrem em marcos estratégicos integrais devendo contemplar a dimensão educativo-ambiental como um dos seus principais eixos transversais.

De acordo com Caride e Meira (2004), para conseguirmos uma “formação integral e contínua de todas as pessoas, dando a cada uma delas a oportunidade de participarem ativamente e de forma plena num projeto de sociedade” é necessário uma “educação capaz de suscitar mudanças nas mentalidades, atitudes, saberes, condutas, etc., que desafie pessoas e comunidades na exigência de harmonizar o seu «mundo vivido» com as modificações científicas, tecnológicas, económicas, culturais, ambientais, etc., nas quais se expressa a modernidade tardia ou avançada – segundo o olhar mais ou menos crítico – com todas as suas variantes pós-modernas, incluindo o «mundo por viver».”

Neste contexto enquadrado por “compromissos explícitos com a integridade dos sistemas ecológicos e construção de um mundo mais justo, ético e com harmonia, situa-se a Educação Ambiental como proposta e resposta educativa para um desenvolvimento que prevê um presente/futuro sustentável; (...)”. “A Educação Ambiental, cremos, é uma oportunidade – entre outras – para que seja exequível assentar a educação e a sociedade sobre novas bases filosóficas, epistemológicas e antropológicas: criadora e impulsionadora de novos pontos de vista e estratégias no diálogo educação-ambiente, inspiradora de novos conteúdos e métodos pedagógicos, geradora de iniciativas solidárias e de responsabilidades partilhadas, promotora de coesão e integração social, garante de direitos e liberdades cívicas, possibilitando uma ética ecológica biocêntrica, etc.” (Caride e Meira, 2004).

Desta forma a escola é um lugar privilegiado onde se pode promover e experimentar projetos e programas que tenham, em si mesmo, um extraordinário valor educativo para intervir nas políticas locais de acordo com os princípios de corresponsabilização para sociedades ambientalmente responsáveis e socialmente justas, proporcionando aos jovens o seu envolvimento nos processos de decisão. Para tal as escolas têm ferramentas ao seu dispor para suportar os seus projetos em documentos orientadores como o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e a Estratégia Nacional de Educação Ambiental.

A implicação dos órgãos de gestão das escolas tem especial relevância neste processo que deve levar a repensar a filosofia ambiental da Escola, assumindo compromissos, através de linhas orientadoras no projeto educativo, de forma a tornar possíveis as melhores soluções socioambientais no contexto escolar e na comunidade, em primeiro lugar pelo papel que desenvolvem a nível do conhecimento e compreensão da realidade e, por outro lado, porque a comunidade educativa constitui um modelo simplificado de sociedade no qual é possível avaliar processos e soluções em pequena escala.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Cidadania; Escola cidadã; Cultura democrática; Participação social.

**Nota biográfica:**

É um dos nomes de destaque na Educação Ambiental portuguesa. Pesquisador e educador, é membro da Associação Portuguesa de Educação Ambiental - ASPEA desde 1993, da qual é presidente desde 2013.

O Prof. Joaquim é licenciado em Educação do Ensino Básico pela Universidade de Aveiro, tendo também formação em Estudos Avançados pela Universidade de Santiago de Compostela no âmbito do Programa Interuniversitário de Doutoramento em Educação Ambiental.

Sua atuação na Educação Ambiental como professor envolve o Ministério da Educação e Ministério do Ambiente portugueses, onde atua na coordenação de projetos de Educação Ambiental articulados entre a ASPEA, a Agência Portuguesa do Ambiente e Direção-Geral da Educação.

É ainda membro da Comissão de Educação e Comunicação da UICN e Membro da Sociedade Ibero-americana de Pedagogia Social, tendo coordenado várias jornadas e conferências de Educação Ambiental de âmbito nacional, regional, europeu e no espaço da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), tendo ainda atuado como investigador convidado do Centro de Estudos Africanos e no Grupo de investigación Pedagogía Social e Educación Ambiental da Universidade de Santiago de Compostela apresentado.

Possui ainda várias comunicações em congressos e seminários e publicados vários artigos em revistas e jornais no âmbito de projetos e de trabalhos de investigação que desenvolveu no âmbito da Educação Ambiental e participação social.

**Título:** *Cidadãos ativos em prol da conservação da natureza*

João Gonçalo Soutinho, VERDE – Associação para a Conservação Integrada da  
Natureza

**Resumo:**

O ser humano tem influência direta e indireta sobre o declínio global da natureza e da biodiversidade, quer, por exemplo, pela sobre-exploração dos recursos e alteração do território, passando pelas alterações climáticas e ainda pela poluição do território. São diversos os fatores humanos que afetam negativamente o território mas também é pela mão humana que o declínio global da natureza e biodiversidade pode ser revertido.

Há décadas que cidadãos de todo o globo têm alertado e efetuado ações para reverter este declínio e hoje em dia todos podemos ter um papel positivo. Desde o papel de cidadãos-cientistas ao voluntariado, todos podemos ajudar, até utilizando as nossas qualificações profissionais que (à primeira vista) pouco podem ter a ver com questões ambientais.

João Gonçalo Soutinho falará da sua experiência associativa na organização de projetos de ciência cidadã (coordena o Projeto VACALOURA.pt da Associação Bioliving) e de voluntariado ambiental e envolvimento da comunidade local na VERDE – Associação para a Conservação Integrada da Natureza, que preside. O seu trabalho tem contribuído para o aumento do conhecimento sobre questões ambientais em Portugal, mas também para facilitar a ponte entre o mundo científico e a sociedade, implementando iniciativas simples com grandes resultados.

**Palavras-chave:** Biodiversidade; Cidadãos; Ciência-cidadã; Voluntariado; Associativismo.

**Nota biográfica:**

Biólogo, bolseiro de investigação e coordenador de projectos de conservação da natureza.

**Título:** *Panorama ECOcidadania na ESEC: Perspetivas da educação para a sustentabilidade a partir uma experiência do programa Eco Escolas no ensino superior*

Mário Montez, Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra

Ricardo José Espírito Santo de Melo, Escola Superior de Educação do Politécnico de  
Coimbra

Susana Maria Mendes Silveira, Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra

**Resumo:**

Tomando a ECOcidadania como a ação cidadã comprometida com as questões ambientais, apresentamos nesta comunicação um panorama da realidade vivida na Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra (ESEC-IPC) no que respeita aos processos inerentes ao programa Eco-Escolas.

Conscientes da nossa responsabilidade perante os desafios ambientais contemporâneos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para com a implementação de um modelo *Toda a Escola (Global Shcool)*, e baseados na constatação de que o quotidiano dos vários atores (docentes, funcionários, estudantes) não se harmoniza inteiramente com a visão e os princípios defendidos, preocupámo-nos em criar oportunidades para aprendizagens em comunidade, assim como para, e com, a comunidade, impulsionadoras de uma mudança positiva dos comportamentos face ao ambiente, numa perspetiva “pensar global, agir local”.

Cientes de que a missão educativa da ESEC não se esgota na formação de estudantes, encontrámos no programa Eco Escolas no Ensino Superior uma plataforma de convergência e extensão dos princípios e práticas organizacionais, curriculares, e cidadãs, associadas ao desenvolvimento sustentável, cujos resultados confiamos espelharem-se no trabalho profissional e nas rotinas pessoais dos estudantes.

Potenciados pela riqueza das treze licenciaturas desta escola, da formação e vontade dos docentes e funcionários, do trabalho dos estudantes e da pluralidade das parcerias, as práticas realizadas no âmbito do Eco-Escolas (desde 2018/19), têm resultado num compromisso de toda a comunidade escolar na produção de conhecimento, consciencialização e mudança de comportamento face às questões ambientais.



As reflexões e aprendizagens dão-nos também a ver que apesar do trabalho realizado, da tendência política e social para a importância da preservação do ambiente, e da ação ecológica cidadã, a participação dos estudantes não é ainda plenamente comprometida com estas causas. Mas as práticas e o nível de envolvimento de muitos atores desta comunidade académica fazem emergir propostas inovadoras e motivam a continuidade de um processo de educação para a sustentabilidade que se tem formalmente refletido na obtenção anual do galardão Eco Escolas, pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), promotora deste programa da Internacional Foundation for Environmental Education (FEE) em Portugal.

**Palavras-chave:** Eco Escolas no Ensino Superior; ECOcidadania; Educação para a Sustentabilidade; Global School; Educação para os ODS.

**Nota biográfica de Mário Montez:**

Mário Montez é Animador Sociocultural desde 1994, com trabalho realizado em diversos contextos, em âmbitos de lazer, educação, inclusão e justiça social, enquadrados em programas e projetos (alguns coordenou) dos quais se destacam: Programa Escolhas, Santa Casa Misericórdia de Lisboa, Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.

É bacharel em Animação Cultural (ISCE), licenciado em Animação Socioeducativa (ESEC-IPC), mestre em Estudos do Desenvolvimento (ISCTE-IUL), e detentor do Título de Especialista na especialidade de Animação Sociocultural e metodologia de projeto.

É professor adjunto na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra (ESEC-IPC) e membro do conselho Eco Escolas. É membro de organizações, redes e comunidades de ação e de aprendizagens, entre as quais se destacam a APDASC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Sinergias ED - diálogo entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal, e ClimAção Centro. Tem colaborado com universidades e outras organizações a nível nacional e europeu.

**Nota biográfica de Ricardo José Espírito Santo de Melo:**

É doutorado em Turismo, Lazer e Cultura - especialização em Lazer e Desporto, pela Universidade de Coimbra. Concluiu uma pós-graduação em Animação e Mediação Cultural na Universidade do Porto, e é licenciado em Desporto, variante Animação Desportiva, Recreação e Lazer pelo Instituto Politécnico de Santarém. É professor adjunto na Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra (ESEC-IPC), onde é atualmente vice-presidente do Conselho Pedagógico. É diretor do Mestrado em Educação e Lazer, e coordenador do programa Eco-Escolas da ESEC. É investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), membro da comissão coordenadora do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR Pólo de Coimbra), e vice-presidente da *International Research Network In Sport Tourism* (IRNIST). As suas principais áreas de investigação são o Turismo, o Lazer, a Educação e o Desporto na Natureza, e os seus contributos para o Desenvolvimento Sustentável Local.

**Nota biográfica de Susana Maria Mendes Silveira:**

Licenciada em Biologia; Mestre em Ecologia Animal; Pós-graduação em Ciências e Engenharia do Ambiente. Título de Especialista em Ciências do Ambiente. Formação académica avançada no domínio da ecologia e toxicologia ambiental. Formação profissional na área da avaliação ambiental e de sistemas de gestão integrados de qualidade e ambiente. Formação pedagógica em domínios da informação digital aplicada a recursos tecnológicos digitais e de técnicas de campo para a educação ambiental.

Colaborou com a DRAOT-C e com a CCDR-C integrando equipas de conceção e de execução de diversos projetos de reabilitação ecológica do património natural, da sua valorização e educação ambiental. Participou em Conferências, Seminários e Webinars enquadrados em temáticas de Educação Ambiental, Avaliação Ambiental, Ecoliteracia e Literacia Ambiental na Formação de Professores. Organizou e dinamizou eventos técnico-científicos na sua área de formação.

Autora e co-autora de diversos artigos e capítulos de livros. É Professora Adjunta convidada na ESE-IPC. Foi Co-coordenadora do programa Eco-Escolas na ESE-IPC nos anos letivos 2018-2019 e 2019-2020. Investiga no campo da literacia ecológica e ambiental em contexto de educação formal e não formal.

**Título:** *Ecocidadania em tramas de educação*

Marcelo Furlin, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

**Resumo:**

Dentre os inúmeros desafios apresentados pela contemporaneidade, um será colocado em tela na conferência: por meio da educação e da formação, o indivíduo constrói um conhecimento de causa, uma autonomia candente e uma liberdade vigorosa que favorecem a tomada de decisões que incidem sobre a realização integração de si e do outro. Nesse contexto instigante, a educação em tramas nutre a urgência de uma hermenêutica narrativa, com vistas à composição de uma ecocidadania emergente e exigente.

**Palavras-chave:** Ecocidadania; Educação; Hermenêutica.

**Nota biográfica:**

Pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialização em Didática do Ensino Superior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialização em Português: Língua e Literatura pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Especialização em Liturgia, Ciência e Cultura pela PUC-SP. Licenciatura em Letras pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP). Docente do Programa de Pós- Graduação em Educação/UMESP. Docente da Faculdade de Teologia/UMESP. Líder do Grupo de Pesquisa *NARRARE* – Formação Docente e Narrativas. Pesquisador-Colaborador na Universidade Federal do ABC (UFABC). Professor convidado no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Examinador Oficial da Universidade de Cambridge. Cooperação com a Universidad Complutense de Madrid, nas áreas de Educação e Comunicação. Vice-Presidente da Rede *Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade*, sediada na Universidade de Coimbra.

**Título:** *Uma Organização Ambiental Mundial para a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*

Isabella Pearce Monteiro, Universidade Estadual do Maranhão

**Resumo:**

A Agenda 2030 da ONU e os seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS representam um “mapa” que a humanidade deve seguir nos próximos anos para ter um futuro reconhecível. Mas se o mapa já está criado, o desafio agora é efetivamente segui-lo, é reforçar ou mesmo criar novos meios de implementação para os ODS.

Nesse sentido, o presente artigo tratará de um meio específico que se tem mostrado cada vez mais necessário: a criação de uma Organização Ambiental Mundial, sob o manto das Nações Unidas e com grau de poder e orçamento em nível semelhante ao das demais agências da Nações Unidas, a fim de coordenar os esforços mundiais e executar ações concretas acerca dos ODS, especialmente daqueles que invariavelmente dependem de implementação em nível global para terem qualquer grau de eficácia e serem atingidos.

**Palavras-chave:** Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Organização Ambiental Mundial; Nações Unidas; Governança Global; Agenda 2030.

**Nota biográfica:**

Advogada, Professora, Empreendedora e Líder Cívica em Desenvolvimento Sustentável.

**Título:** *Jóvenes Y redes sociales: actitudes hacia Internet*

Patricia Núñez, Universidad Complutense de Madrid

**Resumen:**

En esta conferencia se presenta el estudio realizado en el proyecto europeo Safe Internet for kids. El estudio se centra en el análisis de las audiencias más jóvenes y su relación con las redes sociales y demás medios utilizados. Se muestran los diferentes usos de las mismas, la planificación adecuada de cuestionarios y algunas recomendaciones para los diferentes agentes implicados en el proceso.

Todo está reflejado en el Barómetro de audiencias infantiles realizado por la Cátedra de Comunicación Digital en infancia y adolescencia.

**Palabras claves:** Alfabetización digital; Jóvenes y redes sociales; Educación ciudadana; Audiencias y nuevas generaciones.

**Nota biográfica:**

Profesora de publicidad en la Facultad de Ciencias de la información de la Universidad Complutense. Directora del Departamento de Ciencias de la Comunicación Aplicada. Doctora en publicidad y máster en filosofía. Miembro de diferentes grupos de investigación nacionales e internacionales y directora del grupo de investigación relacionado con infancia y comunicación. Sus publicaciones tienen como líneas de investigación principales las nuevas tecnologías, redes sociales, niños/as y jóvenes. Directora de la Cátedra de Comunicación digital para infancia y adolescencia.

Miembro de la red Internacional de Branded Content. IP del proyecto internacional de Branded Content, por España.

Miembro del Consejo editorial y comité científico de diferentes revistas de prestigio. Directora del grupo de Investigación SOCMEDIA (Grupo para el estudio de Nativos Digitales) de la Universidad Complutense y miembro de diferentes proyectos i+d, así como diferentes proyectos con empresas. Directora del Proyecto Europeo Sic-Spain (safe Internet for kids).

IP principal del Proyecto de Género UNESCO UNTWIN Gender, Media and ICTs University Network que agrupa a universidades internacionales trabajando en género, dependiente de la ONU. Vice-chair de Género en IAMCR. Executive Board de Ecrea.

**Título:** *Educación Ambiental y Sociedad. Saberes Locales para el Desarrollo y la Sustentabilidad*

Idarmis Knight Soto, Universidad de Ciego de Ávila, Cuba

**Resúmen:**

Esta comunicación contribuye al análisis científico de varias áreas del conocimiento como la filosofía social, la patología, la educación para el cuidado del medio ambiente y la sustentabilidad que inciden en diversas unidades de aprendizaje de la Licenciatura en Educación para la Salud y de la Maestría en Sociología de la Salud.

**Palabras claves:** Educación; Ambiente; Sociedad; Desarrollo; Sustentabilidad.

**Nota biográfica:**

Profesora Titular Derecho Internacional Público. Universidad Ciego de Ávila, Máximo Gómez Miembro del Instituto Iberoamericano de Derecho Miembro de la Red de Investigadores de Derecho Iberoamericana Miembro de número de la Sociedad Cubana de Derecho Constitucional y Administrativo. Unión Nacional de Juristas de Cuba Miembro de número de la Sociedad Cubana de Derecho Internacional Público. Vice presidenta del Capítulo. Unión Nacional de Juristas de Cuba Corresponsal académica de la Cátedra Iberoamericana de Protección al Consumidor Universidad de Cantabria.

## Índice das Comunicações

<i>Da ecoliteracia passiva à ecocidadania ativa: inovações rumo ao estatuto do ecocidadão no Antropoceno</i> , Alexandra Aragão .....	10
<i>As Alterações Climáticas e os Direitos Humanos</i> , João Proença Xavier e Giovana De Moraes Figueiredo Cruz .....	12
<i>Educação Ambiental e Alterações Climáticas: Da Aprendizagem à Ação</i> , Inês Rodrigues .....	14
<i>A Dimensão Intergeracional do Direito do Ambiente: representatividade em prol das gerações futuras</i> , Wislem Ricardo Alves Cavalcante .....	16
<i>Democratizar a cultura ou cultivar a democracia? A Carta do Porto Santo e a (eco)cidadania nas Rups</i> , Isabel Maria Freitas Valente .....	18
<i>Viva os Objetivos! A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: casos de boas práticas de Cidadania na Escola</i> , Isabel Baltazar .....	20
<i>Um percurso formativo no sentido da ecocidadania: as práticas de Educação pela Arte com futuros profissionais da educação</i> , Valdemar Freitas Sousa e Ana Maria França Freitas Kot-Kotecki .....	22
<i>Literacia Sonora, o Espaço da Escuta e o Luto Climático</i> , Margarida Mendes .....	25
<i>Ecofeminismo: a importância da igualdade de género na promoção de um mundo social e ambiental mais sustentável</i> , Mariana Schafhauser Boçon .....	26
<i>Por uma comunidade educativa comprometida com as políticas de Educação Ambiental</i> , Joaquim Ramos Pinto .....	28
<i>Cidadãos ativos em prol da conservação da natureza</i> , João Gonçalo Soutinho .....	31
<i>Panorama ECOcidadania na ESEC: Perspetivas da educação para a sustentabilidade a partir uma experiência do programa Eco Escolas no ensino superior</i> , Mário Montez, Ricardo Melo e Susana Silveira .....	32
<i>Ecocidadania em tramas de educação</i> , Marcelo Furlin .....	35

<i>Uma Organização Ambiental Mundial para a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Isabella Pearce Monteiro .....</i>	<i>36</i>
<i>Jóvens Y redes sociales: actitudes hacia Internet, Patrícia Núñez .....</i>	<i>37</i>
<i>Educación Ambiental y Sociedad. Saberes Locales para el Desarrollo y la Sustentabilidad, Idarmis Knight Soto .....</i>	<i>38</i>



Realização:



Parceria para divulgação:

